FACULDADES INTEGRADAS DE ARACRUZ

GIULYANA NUNES COUTINHO

**OS IMPACTOS NA PROTEÇÃO E NA AUTONOMIA DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA COM O ADVENTO DA LEI 13.146/2015**

ARACRUZ

2020

GIULYANA NUNES COUTINHO

**OS IMPACTOS NA PROTEÇÃO E NA AUTONOMIA DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA COM O ADVENTO DA LEI 13.146/2015**

Monografia apresentada ao curso de Direito das Faculdades Integradas de Aracruz, como requisito para a obtenção de grau de Bacharel em Direito.

Orientadora: Flávia Spinassé Frigini

GIULYANA NUNES COUTINHO

**OS IMPACTOS NA PROTEÇÃO E NA AUTONOMIA DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA COM O ADVENTO DA LEI 13.146/2015**

Monografia apresentada ao curso de Direito das Faculdades Integradas de Aracruz, como requisito para a obtenção de grau de Bacharel em Direito.

Aprovada em ____ de dezembro de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Me. Flávia Spinassé Frigini
Faculdades Integradas de Aracruz
Orientadora

Prof. Dra. Rúbia Zanotelli de Alvarenga
Faculdades Integradas de Aracruz

Prof. Dr. Wagner Carmo
Faculdades Integradas de Aracruz

“Porque d’Ele e por Ele, e para Ele, são todas as coisas; glória, pois, a Ele eternamente. Amém”. Romanos 11:36

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar as alterações promovidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) no instituto da capacidade civil. A referida legislação reconheceu a importância da autonomia das pessoas com deficiência, retirando-as da condição de absoluta ou relativamente incapazes que até então ocupavam no ordenamento jurídico. Em consonância com os novos ditames, proporcionou a estes indivíduos um novo modelo protetivo, a tomada de decisão apoiada, bem como promoveu limitações ao instituto da curatela, restringindo a questões patrimoniais e/ou negociais. Objetiva-se, especificamente, dirimir os questionamentos relacionados à proteção jurídica da pessoa com deficiência, especialmente no caso em que não possui discernimento para a prática dos atos da vida civil, analisando criticamente a ocorrência ou não de uma eventual desproteção quanto aos aspectos existenciais ou pessoais.

Palavras-chaves: Capacidade Civil. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Autonomia. Tomada de Decisão Apoiada. Curatela.

ABSTRACT

The present work has as general objective to analyze the changes promoted by the Statute Of Persons With Disabilities (Law 13.143/2015) at the civil capacity institute. This legislation recognized the importance of the autonomy of people with disabilities removing them from the condition of absolute or relatively incapable that until then occupied in the legal system. In line with the new dictates, provided these individuals with a new protective model, the supported decision making, as well as promoted limitations to the curatorial institute, restricting to equity and / or business issues. It specifically aims to resolve questions related to the legal protection of people with disabilities, especially in the event that they have no discernment to practice the acts of civil life, critically analyzing the occurrence or not of an eventual lack of protection in terms of existential or personal aspects.

Keywords: Civil Capacity. Statute of Persons with Disabilities. Autonomy. Supported Decision Making. Trustee.

LISTA DE ABREVIATURAS

CDPD – Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência

CC – Código Civil

CPC – Código de Processo Civil

EDP – Estatuto da Pessoa com Deficiência

ONU – Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

<u>1 INTRODUÇÃO</u>	9
<u>2 PERSONALIDADE JURÍDICA, CAPACIDADE CIVIL E TEORIA GERAL DAS INCAPACIDADES NO CÓDIGO CIVIL DE 2002</u>	11
2.1 PERSONALIDADE JURÍDICA	11
2.2 CAPACIDADE CIVIL	12
2.3 TEORIA DAS INCAPACIDADES NO CÓDIGO CIVIL DE 2002	14
<u>3 O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E SEUS REFLEXOS NO SISTEMA DE INCAPACIDADES DO CÓDIGO CIVIL</u>	20
3.1 A ORIGEM DO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	20
3.2 O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	24
3.3 REMODELAÇÃO NO SISTEMA DAS INCAPACIDADES NO CÓDIGO CIVIL DE 2002	27
3.4 OUTRAS MODIFICAÇÕES IMPORTANTES PERPETRADAS NO CÓDIGO CIVIL DE 2002 EM PROL DA INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	32
<u>4 A NOVA DINÂMICA DOS INSTITUTOS PROTETIVOS</u>	38
4.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE AS MUDANÇAS	38
4.2 O INSTITUTO DA CURATELA SOB NOVA ÓTICA	39
4.3 TOMADA DE DECISÃO APOIADA COMO INSTRUMENTO DE AFIRMAÇÃO DA CAPACIDADE CIVIL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	43
4.4 ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A APLICABILIDADE DOS MODELOS PROTETIVOS	48
<u>5 CONCLUSÃO</u>	53
<u>6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	54

1 INTRODUÇÃO

Em 07 de julho de 2015 foi publicada a Lei 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, mais conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que trouxe significativas garantias para os portadores de todos os tipos de deficiência, gerando reflexos em várias áreas do Direito, com escopo de assegurar garantia plena dos direitos desses agentes especiais, dissociando-se o rótulo de incapaz dada aos mesmos.

Buscando a se adequar a tal Estatuto, o legislador efetuou mudanças substanciais no Código Civil (2002), remodelando o regime das incapacidades. Para isso, revogou todos os incisos do art. 3º do referido Código, passando a considerar como absolutamente incapaz apenas os menores de 16 (dezesesseis) anos.

Ademais, também ocorreu uma alteração no art. 4º do CC/02, revogando os incisos II e III, que diz respeito aos ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido e os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo e, manteve, como relativamente incapazes os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, os ébrios habituais e viciados em tóxico, os pródigos e aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.

A par de tais mudanças, passou-se a considerar os portadores de deficiência como pessoas plenamente capazes (art. 12 da Lei 13.146/2015), rompendo com antigo entendimento de que esses indivíduos, por serem considerados relativamente ou absolutamente incapazes, tinham que ser submetidos a interdição e, após, a curatela, tendo sido excluídos do rol de sujeitos a curatela no art. 1.767 do CC/02.

Entretanto, isto não significa impedimento para que, em casos concretos, verificada a necessidade de um portador de um portador de transtorno mental de auxílio para o exercício de sua capacidade, sejam adotadas medidas protetivas. Nesse ínterim, inclui-se a possibilidade da curatela (sob nova ótica), como também o inovador instituto tomada de decisão apoiada, alvo de análise do presente trabalho.

As alterações legislativas são decorrentes da ratificação pelo Brasil da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, que assumiu o status de norma constitucional. O propósito fundamental foi conferir autonomia às todas as pessoas com deficiência, medindo-se a incapacidade pelo discernimento para a prática dos atos da vida civil.

Dentro desse contexto, pergunta-se: Considerando que a capacidade de agir do sujeito será medida pelo seu discernimento: É possível conferir capacidade plena às pessoas com deficiência e garantir autonomia para o exercício de seus direitos? O ordenamento jurídico fornece meios que assegurem esta postura autônoma das pessoas com deficiência?

2 PERSONALIDADE JURÍDICA, CAPACIDADE CIVIL E TEORIA GERAL DAS INCAPACIDADES NO CÓDIGO CIVIL DE 2002

2.1 PERSONALIDADE JURÍDICA

O Código Civil de 2002, logo em seu artigo 2º, assim dispõe: “A personalidade civil da pessoa natural começa com o nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.” (BRASIL, Código Civil, 2002).

De modo mais claro, “todo aquele que nasce com vida torna-se uma pessoa, ou seja, adquire personalidade. Esta é, portanto, qualidade ou atributo do ser humano.” (GONÇALVES, 2020, p. 100).

Nas lições de Miranda (1983), a personalidade não é em si direito; é qualidade, é o ser capaz de direitos, o ser possível estar nas relações jurídicas como sujeito de direito.

Pode-se aferir, portanto, que o art. 2º do CC/02 aponta o marco inicial da personalidade civil, conferindo os direitos do nascituro desde a concepção. Noutro giro, o art. 6º do CC/02 indica o marco final ao dispor que a “existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão definitiva.” (BRASIL, Código Civil, 2002).

Vê-se que “toda e qualquer pessoa natural dispõe, inexoravelmente, de personalidade jurídica, podendo titularizar relações jurídicas.” (FARIAS, ROSENVALD, 2017, p. 315).

Nesse ínterim, a capacidade surge, de acordo com os civilistas Farias e Rosenvald (2017) como um mecanismo de concretização da personalidade. Ou ainda, como bem afirma Diniz, é a “medida jurídica da personalidade” (DINIZ, 2002, p. 135).

Neste sentido, colaciono trecho escrito pelo autor Carlos Roberto Gonçalves:

Personalidade e capacidade se completam-se: de nada valeria a personalidade sem a capacidade jurídica, que se ajusta assim ao conteúdo da personalidade, na mesma e certa medida em que a utilização do direito integra a ideia de ser alguém titular dele. Como este sentido genérico não há restrições à capacidade, porque todo direito se materializa na efetivação ou está apto a concretizar-se. (GONÇALVES, 2018, p. 96/97)

2.2 CAPACIDADE CIVIL

O tema sobre capacidade encontra uma descrição, em sentido amplo, no art. 1º do Código Civil de 2002, que diz que “toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil”. (BRASIL, Código Civil, 2002).

Entretanto, impede esclarecer que a capacidade inculpada no referido artigo trata-se de uma aptidão genérica, ou como alguns civilistas reconhecem como capacidade de direito (ou de gozo), que juntamente com a capacidade de fato (ou de exercício) compõe o termo capacidade civil. Sintetizando: capacidade civil = capacidade de direito (ou de gozo) + capacidade de fato (ou de exercício).

De acordo os civilistas Cristiano Chaves e Nelson Rosenvald (2015, p. 271), “a capacidade civil confere as pessoas naturais a aptidão genérica para adquirir direitos e assumir pessoalmente deveres na esfera jurídica”, trata-se, portanto, de instituto jurídico que confere as pessoas naturais o título de “potenciais titulares de relações jurídicas”. (FARIAS, ROSENVALD, 2015, p. 271).

Conclui-se, então, que todas as pessoas naturais são detentoras do atributo da personalidade, e via de consequência, da capacidade de direito ou de gozo, porém, “nem todas ostentam o atributo da capacidade.” (COELHO, 2016, p. 172). Isso porque, nem todas as pessoas tem “consciência sã para o exercício dos atos de natureza privada.” (TARTUCE, 2017, p. 131).

Neste momento, conveniente registrar que capacidade jurídica em nada se confunde com legitimação. Esta significa uma “inibição para a prática de determinados atos jurídicos, em virtude da posição especial do sujeito em relação a certos bens, pessoas ou interesses.” (FARIAS, ROSENVALD, 2017, p. 330).

Vale mencionar que uma pessoa pode ter capacidade civil plena, isto é, capacidade de direito ou de fato, e ainda assim não estar legitimada para realizar certos atos jurídicos. De forma mais cristalina, um dos exemplos mais citados nas doutrinas extrai-se do art. 1.647 do Código Civil de 2002, pelo qual é exigido, para alienação ou oneração de bem imóvel pela pessoa casada (com exceção daquelas pessoas casadas sob o regime de separação universal de bens), além da capacidade civil plena, o consentimento de seu cônjuge, sob pena de anulabilidade do ato.

A capacidade civil é dividida, doutrinariamente, em capacidade de direito (ou de gozo) e capacidade de fato (ou de exercício).

A capacidade de direito (ou de gozo) é aquela que está intimamente ligada ao conceito de personalidade, podendo ser entendida como a ferramenta para exercer a personalidade. Em outras palavras, capacidade de direito é “aquela

comum a toda pessoa humana, inerente à personalidade, e que só se perde com a morte prevista no texto legal, no sentido de que toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil (art. 1º, do CC).” (TARTUCE, 2017, p. 131).

A capacidade de fato (ou de exercício), por sua vez, diz respeito à “aptidão para praticar pessoalmente, por si mesmo, os atos da vida civil”. (FARIAS, ROSENVALD, 2015, p. 272).

No dizer claro de Francisco de Amaral, a primeira (capacidade de direito) é a “aptidão para a titularidade de direitos e deveres, e a segunda (capacidade de fato), a possibilidade de pratica atoa com efeitos jurídicos, adquirindo, modificando ou extinguindo relações jurídicas” (AMARAL, 2018, p. 229). Desse modo, “a capacidade de direito não pode, de maneira alguma, ser negada a qualquer pessoa, podendo somente sofrer restrições quanto ao seu exercício”. (TARTUCE, 2017, pág. 131).

Assim, nota-se que a “capacidade de fato presume a capacidade de direito, mas a recíproca não é verdadeira, nem todo aquele que dispõe de capacidade de direito tem, a outro giro, a capacidade de fato”. (FARIAS, ROSENVALD, 2017 , p. 330).

Em verdade, verifica-se, portanto, que quem possui as duas espécies de capacidade tem capacidade civil plena. No dizer claro dos civilistas Farias e Rosenvald (2017), a plena capacidade civil permite que o titular de um direito atue, no plano concreto, sozinho, sem a intervenção ou auxílio de terceiros.

De outro modo, “quem só ostenta a capacidade de direito, tem capacidade civil limitada e necessita de outra pessoa que substitua ou complete sua vontade. São, por isso, chamados de incapazes.” (GONÇALVES, 2020, p. 102).

Assim sendo, “a incapacidade consiste na restrição legal ao exercício dos atos da vida civil, devendo ser sempre encarada estritamente, considerando-se o princípio de que a capacidade é a regra e a incapacidade a exceção”. (TARTUCE, 2017, p. 131/132).

2.3 TEORIA DAS INCAPACIDADES NO CÓDIGO CIVIL DE 2002

Inicialmente, registra-se que “os incapazes são considerados, pela lei, não inteiramente preparados para dispor e administrar seus bens e interesses sem a mediação de outra pessoa (representante ou assistente)” (COELHO, 2016, p. 175) . Em virtude disso, a teoria das incapacidades surge a fim de proteger a pessoa do incapaz.

Destaca-se que, “para que uma pessoa humana seja considerada incapaz, é necessário expressa previsão legal.” (COELHO, 2016, p. 174). Considerando a boa colocação dos doutrinadores Farias e Rosenvald (2017, p. 332) de que a capacidade é a regra e a incapacidade a exceção, o legislador optou, tanto no Código Civil de 1916 e de 2002, por estabelecer de forma objetiva as hipóteses de restrição da capacidade plena, trazendo um rol taxativo dos considerados incapazes.

Frisa-se que “não há outras categorias de incapacidades afora aquelas previstas em lei.” (FARIAS, ROSENVALD, 2017, p. 334).

Vale dizer que há duas espécies de incapacidade: absoluta e relativa. São denominados absolutamente incapazes aqueles que não podem exercer seus direitos pessoalmente, isto é, “têm capacidade de direito, mas não tem capacidade de fato, devendo ser representados.” (TARTUCE, 2017, p. 134), “sendo irrelevante, do ponto de vista jurídico, a sua manifestação de vontade.” (FARIAS, ROSENVALD, 2017, p. 336).

Em contrapartida, existem aquelas pessoas consideradas relativamente incapazes que “diz respeito àquelas que podem praticar os atos da vida civil, desde haja assistência.” (TARTUCE, 2017, p. 139).

No que tange à teoria das incapacidades, distingue o Código Civil as pessoas absolutamente incapazes (art. 3º) daquelas outras nominadas de relativamente

incapazes (art. 4º). Deveras, observa-se que a incapacidade varia de acordo com as variações de inaptidão para exercer os atos da vida civil.

Antes do advento do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), as hipóteses de incapacidade absoluta previstas no Código Civil se referiam a: (i) menores de dezesseis anos; (ii) os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos; (iii) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

Nessas hipóteses, a capacidade de exercício é suprida por meio da representação, sendo “vedada o exercício das situações jurídicas pessoalmente pelo titular”. (FARIAS, ROSENVALD, 2017, p. 336).

No direito brasileiro, os menores de 16 (dezesseis) anos são considerados como absolutamente incapazes pelo fato de serem “desprovidos de suficiente maturidade intelectual ou psicológica para decidir sozinho sobre o que lhes interessa ou não” (COELHO, 2016, p. 178).

Em que pese o discernimento ter variações de acordo com certas condições do meio e forma de amadurecimento de cada sujeito, fez-se necessário fixar um padrão para garantir o mínimo de segurança aos negócios jurídicos.

Nota-se que o sistema jurídico estabeleceu, com base em estudos científicos, essa faixa etária em razão do critério baseado na compreensão da realidade, “entendendo o legislador faltar maturidade suficiente para manifestar vontade a esse grupo de pessoas.” (TARTUCE, 2017, p. 344).

No casos de enfermidade ou deficiência mental, leva-se em consideração à “falta do necessário discernimento para os atos da vida civil, compreensiva de todos os casos de insanidade mental, permanente e duradoura, caracterizada por graves alterações das faculdades psíquicas”. (GONÇALVES, 2012, p.104).

Interessante deixar claro que, apesar de os estados psicopatológicos sofrerem oscilações no comportamento e consciência, permitindo alguns momentos de lucidez, “não é considerado os chamados intervalos lúcidos”. (GONÇALVES, 2012, p. 105).

Entende-se este tipo de incapacidade como um estado permanente e contínuo, no qual não há qualquer intermitência. Portanto, os atos realizados pelo enfermo, até a sua eventual recuperação de forma completa, seria sempre nulos.

No entendimento de Gonçalves (2012, p. 105), a nossa lei agiu de forma correta ao não considerar esses intervalos lúcidos, eis que geraria constantes e exaustivas demandas, acarretando maior dispêndio da máquina pública e reduziria a segurança no sistema, podendo gerar incertezas e situações injustas nas relações jurídicas.

Por fim, no que diz respeito ao enunciado original do art. 1.767, II do CC/02, a lei elenca a única possibilidade de incapacidade absoluta transitória. Esclarece Alves (2003) ter sido estabelecido, no inciso III, que ainda que por motivo transitório aqueles sem condições de exprimir a sua vontade são considerados absolutamente incapazes para atender aos casos em que há paralisia total, permitindo que haja curatela nesses casos.

Em contrapartida, o art. 4º estabelecia os considerados relativamente incapazes, sendo eles: (i) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, (ii) os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido, (iii) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, (iv) os pródigos. Nessas hipóteses, a capacidade de exercício é suprida por meio da assistência, hipótese admitida pela lei para intervir ao lado do relativamente incapaz.

Quanto ao critério etário, o legislador, respaldado no entendimento de que a puberdade desenvolve as faculdades intelectuais, fixa um período entre a incapacidade absoluta e a capacidade plena decorrente da maioridade.

Os maiores de 16 (dezesseis) anos e menores de 18 (dezoito) anos são conhecidos como menores púberes. “O ordenamento jurídico considera a sua

vontade, atribuindo ao ato praticado pelo relativamente incapaz todos os efeitos jurídicos, desde que esteja assistido por seu representante.” (GONÇALVES, 2012 , p. 111).

Quanto aos ébrios habituais e os viciados em tóxicos, impede primeiramente esclarecer que é necessário analisar o grau de intoxicação e dependência, eis que a atribuição de qualidade de incapaz está diretamente ligada a caracterização da habitualidade do vício.

Assim, “os usuários eventuais que, por efeito transitório dessas substâncias, ficarem impedidos de exprimir plenamente sua vontade estão elencados no art. 3º, III, do aludido Código, como absolutamente incapazes.” (GONÇALVES, 2012 , p. 113).

Já no que diz respeito aos que por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido e aos excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, a ciência médica fica encarregada de utilizar critérios analíticos para designar, caso a caso, aqueles que serão atingidos pela incapacidade relativa ou pela absoluta.

Vale esclarecer que os deficientes mentais de discernimento reduzido são os nominados como fracos da mente. Assim, conforme Gonçalves (2012), quando a debilidade mental privar totalmente o amental do necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil, acarretará a incapacidade absoluta (art. 3º, II) e, quando, porém, causar apenas a sua redução, acarretará a incapacidade relativa.

De modo igual, vale dizer que o excepcional é o indivíduo que tem deficiência mental (índice de inteligência significativamente abaixo do normal), deficiência física ou deficiência sensorial, e, por isso, incapacitado de participar em termos de igualdade do exercício de atividades normais. (GONÇALVES, 2012, p. 114).

De forma conclusiva, Gonçalves (2012, p. 115) defende que os surdos-mudos apenas serão considerados relativamente incapazes caso não tenham recebido educação adequada e permaneceram isolados e devido a isso ressentem-se de um desenvolvimento mental completo.

Em relação ao pródigo, busca-se proteger o indivíduo que dissipa seu patrimônio de maneira desordenada. Ademais, Gonçalves (2012, p. 116) afirma que por se tratar de um desvio da personalidade e não propriamente a um estado de alienação mental, nem todos concordam em considera-lo relativamente incapaz e sujeita-lo à interdição.

Todavia, “afirma-se que a curadoria do pródigo é tradicional no direito lusobrasileiro.” (GONÇALVES, 2012, p. 115). Em verdade, Gonçalves (2012) aduz que a interdição do pródigo encontra escopo no fato de encontrar-se permanentemente sob o risco de reduzir à miséria, em detrimento de sua pessoa e de sua família, podendo ainda transforma-se num encargo para o Estado.

Os indígenas, por sua vez, tem sua capacidade regulamentada pela Lei nº 6.001/73 (Estatuto do Índio), podendo ser classificados como: integrados, quando vivem na civilização, conservando usos, costumes e características de sua cultura e, não integrados (isolados ou em vias de integração), quando vivem com pouco ou nenhum contato com a civilização.

Ressalta-se que a legislação dá tratamento especial ao índio, “enquanto este não se integrar à comunhão nacional, posto que, uma vez ocorrida a integração, o índio é um brasileiro como todos os demais.” (GONÇALVEZ, 2012, p. 118).

De acordo com os ensinamentos de Gagliano e Filho (2015, p. 105), a constante inserção social do índio na sociedade brasileira, com a conseqüente absorção de valores e hábitos (nem sempre sadios) da civilização ocidental, justifica a sua exclusão, no novo Código Civil, do rol de agentes relativamente incapazes.

Como visto, apesar do regime das incapacidades ter o intuito de proteger o lado fraco de uma relação jurídica, muitos partilhavam a ideia de que “o sistema de incapacidade não protegia a pessoa em si, mas os atos e negócios praticados, em uma visão excessivamente patrimonial, que sempre recebeu críticas.” (TARTUCE, 2017, p. 133).

A par disso, conforme pontuado por Menezes (2015), observa-se que as pessoas com deficiência psíquica e intelectual foram excluídas de uma maior participação na vida civil, tiveram sua capacidade jurídica mitigada ou negada, a sua personalidade desrespeitada e sua vontade e autonomia desconsideradas”, contrariando o princípio da dignidade da pessoa humana consagrado em texto constitucional (art. 1º, III da CRFB/88) e aos direitos mais eminentes da pessoa humana.

Nesse mister, com o intuito de promover os direitos e garantias fundamentais e assegurar uma participação efetiva na vida comunitária, a Organização das Nações Unidas (ONU) promulgou a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPD), sendo seu protocolo facultativo em 2007.

3 O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E SEUS REFLEXOS NO SISTEMA DE INCAPACIDADES DO CÓDIGO CIVIL

3.1 A ORIGEM DO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Ao longo dos anos travou-se uma luta pelo reconhecimento e prevalência dos direitos daquelas pessoas portadoras de algum tipo de deficiência. O caminho percorrido por estas pessoas demonstram o significativo esforço na batalha de quebrar todas as barreiras e preconceitos até então entabulados na sociedade, tentando garantir o reconhecimento e respeito perante o Estado e a sociedade.

Os organismos internacionais se atentaram para proporcionar melhorias para a humanidade e combater às desigualdades após Segunda Guerra Mundial, momento marcado por grande devastação na sociedade e condições de vida desumana, eis que muitos perderam entes da família, casa e seus meios de sobrevivência.

Diante do contexto da época, criou-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, tendo sido elaborada por uma comissão da Organização das Nações Unidas, consagrando direitos básicos de todo o ser humano de cunho universal a serem seguidos pelos Estados.

Nessa esteira, amparado nos direitos humanos, especialmente no princípio da dignidade da pessoa humana, que constatou-se a emergência de empenhar esforços para garantir o respeito, a integração e a proteção das pessoas com deficiência, uma vez que viviam como invisíveis dentro da sociedade, sendo, por muitas vezes, desrespeitados e humilhados.

Segundo a autora Flávia Piovesan, os avanços dos direitos das pessoas com deficiência podem ser classificados em quatro fases, vejamos:

A história da construção dos direitos humanos das pessoas com deficiência compreende quatro fases: a) uma fase de intolerância em relação às pessoas com deficiência, em que esta simbolizava impureza, pecado ou mesmo castigo divino; b) uma fase marcada pela invisibilidade das pessoas com deficiência; c) uma terceira fase, orientada por uma ótica assistencialista, pautada na perspectiva médica e biológica de que a deficiência era uma “doença a ser curada”, estando o foco no indivíduo “portador da enfermidade”; e d) finalmente uma quarta fase, orientada pelo paradigma dos direitos humanos, em que emergem os direitos à inclusão social, com ênfase na relação da pessoa com deficiência e do meio em que ela se insere, bem como na necessidade de eliminar obstáculos e barreiras superáveis, sejam elas culturais, físicas ou sociais, que impeçam o pleno exercício de direitos humanos. (PIOVESAN, 2018, p. 316).

De modo exato a professora Flávia Piovesan percorre todo o caminho enfrentado pelas pessoas com deficiência. Na primeira fase estas pessoas não eram consideradas como parte da sociedade, eis que eram consideradas como impuras. Na segunda fase notou-se uma menor intolerância, mas, mesmo assim, eram consideradas invisíveis perante a sociedade, como também pelo Estado. Na terceira fase surgiu a intenção de proteger essas pessoas, ao entenderem que a deficiência era uma doença a ser curada, porém ainda com caráter extremamente discriminatório. Por fim, na quarta fase, é quando as barreiras

discriminatórias são superadas, dando espaço para a inclusão das pessoas com deficiência, pautado nos direitos humanos.

Um marco de extrema relevância visando vedar a discriminação e garantir o respeito à integridade, à dignidade e à liberdade individual das pessoas com deficiência foi a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência realizada em Nova York em 2007. A Convenção surgiu para enfatizar todos aqueles direitos já firmados na comunidade internacional.

Nesse sentido, Flávia Piovesan afirma:

A Convenção surge como resposta da comunidade internacional à longa história de discriminação, exclusão e desumanização das pessoas com deficiência. É inovadora em muitos aspectos, tendo sido o tratado de direitos humanos mais rapidamente negociado e o primeiro do século XXI. Incorpora uma mudança de perspectiva, sendo relevante instrumento para a alteração da percepção da deficiência, reconhecendo que todas as pessoas devem ter a oportunidade de alcançar de forma plena o seu potencial. (PIOVESAN, 2018, p. 317).

A convenção estabelece como propósito “promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente.” (BRASIL, Decreto nº 6.949, 2009).

Em seu texto, o art. 1º conceitua as pessoas com deficiência como sendo “aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. (BRASIL, Decreto nº 6.949, 2009).

Os principais princípios da Convenção foram elencados em seu art. 3º, os quais prezam o respeito pela dignidade, autonomia individual, liberdade de escolha, independência das pessoas com deficiência. Ainda, pregam a não discriminação, a plena e efetiva participação e inclusão na sociedade, sempre respeitando as diferenças e aceitando as pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade, promovendo a igualdade. (BRASIL, Decreto nº 6.949, 2009).

Para a Professora Flávia Piovesan, são oito os principais inspiradores dessa Convenção, a saber:

- a) Respeito à dignidade, autonomia individual para fazer suas próprias escolhas e independência pessoal;
- b) Não discriminação;
- c) Plena e efetiva participação e inclusão social;
- d) Respeito as diferenças e aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana;
- e) Igualdade de oportunidades;
- f) Acessibilidade
- g) Igualdade entre homens e mulheres;
- h) Respeito ao desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e respeito aos direitos destas crianças de preservar sua identidade;

Observa-se portanto que a Convenção tem como escopo garantir o tratamento digno e igualitário as pessoas com deficiência, tornando efetiva a inclusão dentro da sociedade. “Ao entrelaçar dignidade, autonomia e independência, evidenciam o fato de que a deficiência não será um óbice para que as pessoas elejam e promovam as suas escolhas de vida, tornando-se protagonistas de suas biografias” (ROSENVALD, 2016, p. 11).

É sob essa perspectiva que a Convenção ressalta a importância dos Estados promoverem uma redução nas barreiras sociais e institucionais, as quais, segundo Bezerra de Menezes (2015, p. 04), algumas das barreiras limitadoras à inclusão das pessoas com deficiência decorrem do próprio ordenamento jurídico, como é o caso da teoria das incapacidades e de alguns aspectos da curatela.

O art. 12 da CDPD é categórico ao afirmar que as pessoas com deficiência gozam de capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas em

todos os âmbitos da vida, “de modo que os mecanismos do direito protetivo devem se consubstanciar em apoios e não na substituição de vontade” (MENEZES, 2015, p. 04), eis que devem respeitar os direitos, a vontade e as preferências da pessoa, prevenindo, desta forma, os abusos, excessos ou ilegalidades.

No tocante aos mecanismos de apoio, não há um rol taxativo que os definem, mas tão somente a ressalva de que eles devem ser utilizados com cautelas, sem prejudicar os direitos das pessoas. Por isso, cada Estado fica encarregado de estabelecer os mecanismos de apoio que entenderem serem apropriados ao exercício pleno do direito pelas pessoas com deficiência.

A proposta da CDPD, nas palavras de Menezes (2015, p. 07), é de apostar na autonomia da pessoa com deficiência, em igualdade com as demais, e, caso houver uma eventual limitação física, psíquica e/ou intelectual duradoura, preservar o discernimento necessário à prática daquele ato civil específico, não devendo sofrer abalo na sua capacidade jurídica.

A propagação dos efeitos foram em diversos países que aceitaram o seu protocolo, afim de trazer uma maior igualdade e humanização no tratamento de todas as pessoas humanas. No Brasil, a Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os direitos da Pessoa com Deficiência foi aprovada pelo Decreto Legislativo n. 186, em 09 de julho de 2008, com força de emenda constitucional, nos termos do §3º do art. 5º da Carta Magna.

Ademais, a fim de evitar prejuízos ante às divergentes interpretações, foi promulgada pelo Decreto Presidencial n. 6.949/2009. Dessa forma, ao acolher a Convenção, o Brasil firmou o compromisso de efetivar dentro de seu país, em prol de seu povo, as normas contidas naquele documento.

Não obstante a ratificação da Convenção desde o ano de 2009, ainda não havia sido devidamente regulamentada por legislação específica. Somente no dia 06 de julho de 2015 que fora sancionada a Lei Nacional nº 13.146, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, denominada de Estatuto da Pessoa com Deficiência, tendo sido publicada em 07 de julho de 2015, com *vacatio legis* 180 dias, entrando em vigor em 04 de janeiro de 2016.

Nesse trilhar, foi com base na Convenção que o Estado Brasileiro editou a Lei nº 13.146, que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência, promovendo significativas modificações na legislação pátria, adequando o ordenamento interno à Convenção, a fim de assegurar às pessoas com deficiência as medidas necessárias para o exercício de sua capacidade legal, com as devidas salvaguardas apropriadas e efetivas para prevenir o abuso.

3.2 O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Em que pese a citada Convenção ter o status de emenda constitucional, esta não mereceu a devida atenção que merecia, vez que não foram efetivadas os objetivos e princípios entabulados, no sentido de promover, proteger e assegurar o exercício pleno e igualitário de todos os direitos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência.

Por isso, fez-se necessário a criação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei 13.146/15, a qual entrou em vigor no ano de 2016. A nova Lei 13.146/15 apenas ratifica o que já estava previsto no decreto 6.949/2009, responsável pela promulgação da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

A Lei nº 13.146/2015, que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência (EDP), foi sancionada no dia 06 de julho de 2015, concretizou as disposições apresentadas na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), objetivando garantir as pessoas com deficiência o exercício de seus direitos de forma ampla e igualitária, visando à inclusão social e cidadania, com dignidade, conforme assegurado pela Constituição Federal de 1988.

Todo esse complexo de garantias já se encontra, de forma explícita, na Constituição da República, em seu art. 5º, caput, que assim dispõe: “Todos são

iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, (...) garantindo-se a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade". (BRASIL, Constituição Federal, 1988).

Nesse mesmo sentido, o texto constitucional, em seu art. 3º, IV, estabelece objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, que são "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação".

À vista disso, torna-se imprescindível interpretar as normas do Estatuto da Pessoa com Deficiência à luz dos valores fundamentais amalgamados na Constituição e nos preceitos insculpidos na CDPD, "em esforço hermenêutico redobrado, mas fundamental para o alcance do sentido mais compatível das disposições protetivas." (ALMEIDA, 2019, p. 01).

Araújo e Costa (2015) ressaltam o Estatuto da Pessoa com Deficiência não trouxe grandes inovações, vez que em seus principais artigos apenas ratifica os comandos da Convenção da Organização das Nações Unidas, que, por sua vez, apenas integrou preceitos e fundamentos da Constituição Federal de 1988. Vejamos entendimento na íntegra desses autores:

Pelo último Censo, constatou-se que o percentual de pessoa com alguma deficiência corresponde a 23,9% da população brasileira. Esse grupo, no entanto, não se surpreendeu quando tomou conhecimento da nova lei. Na verdade, a lei é a execução minuciosa de um arranjo internacional do qual o Brasil participou e que teve a sua internalização pelo Decreto Legislativo 186, de 09.07.2008 e pelo Dec. 6.949, de 25.08.2009. Ao assinar e ratificar, na forma do § 3.º, do art. 5.º, da CF/1988, a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o Brasil se comprometeu a implementar medidas para dar efetividade aos direitos lá garantidos. Assim, sob essa ótica, a nova lei não traz nenhuma novidade que venha a surpreender o leitor. Apenas é a execução de uma Convenção que integrou o sistema normativo brasileiro, com hierarquia de Emenda à Constituição, tudo na forma do mencionado § 3.º, já anunciado. Assim, por enquanto, esse é o único pacto internacional aprovado na forma prevista pela abertura permitida pela EC 45/2004, que acolheu pleito da comunidade de Direitos Humanos. Pouco surpreendeu, portanto, quem já vinha acompanhando os dizeres da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Exaustivamente, como se pode perceber, ao conferir o direito a igualdade e promover a não discriminação, o Estatuto reitera o conteúdo da CDPD e o tratamento humanista por ela inaugurado, visando por fim na ideia de que a pessoa com deficiência tem um valor inferior aos demais seres humanos. Oportuno transcrever o art. 1º da Lei 13.146/2015, que assim dispõe:

Artigo 1º - É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão e cidadania.

Parágrafo único. Esta Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto nº 186, de 9 de julho de 2008, em conformidade com o procedimento previsto no §3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgado pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, data de início de sua vigência no plano interno.

Dentre todo o complexo de mudanças obtidas através do Estatuto da Pessoa com Deficiência, a inovação de maior relevância no presente trabalho diz respeito a nova teoria das incapacidades, a qual fora revisitada em prol da liberdade e autonomia das pessoas com deficiência, na medida em que as pessoas com deficiência passam a ter capacidade civil plena para exercer os atos da vida civil.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, a fim de efetivar as disposições previstas na Convenção, gerou diversas modificações e impactos no ordenamento jurídico, especialmente ao revogar e/ou modificar os arts. 3º e 4º do Código Civil, de modo

a retirar as pessoas com deficiência do rol de pessoas consideradas como incapazes.

Sintetizando, o Estatuto da Pessoa com Deficiência tem escopo em efetivar as regras e princípios entabulados na Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. Para isso, fez-se necessário revogar dispositivos contrários a Convenção, bem como instituir novos dispositivos, a fim de garantir a nova política de inclusão social das pessoas com deficiência.

Não se pretende com este tópico exaurir paulatinamente cada artigo trazido no texto legal do Estatuto da Pessoa com deficiência, mas enaltecer o fato de houve uma mudança de forte impacto em relação a capacidade civil, visto que antes as pessoas com deficiência eram consideradas incapazes, e, atualmente, são consideradas plenamente capazes.

A visto disso, torna-se imperioso analisar as mudanças perpetradas na teoria das incapacidades no Código Civil e o deslinde dos modelos protetivos conferidos a essas pessoas.

3.3 REMODELAÇÃO NO SISTEMA DAS INCAPACIDADES NO CÓDIGO CIVIL DE 2002

Com o advento da Lei 13.146/2015, mais conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência notou-se significativas alterações em relação a capacidade civil das pessoas com deficiência, especialmente no que diz respeito a capacidade de fato ou de exercício, que compõe a capacidade civil plena prevista no Código Civil de 2002.

Sem sombra de dúvidas, dentre as inovações proporcionadas pelo Estatuto, a mais impactante e controversa no ordenamento jurídico é acerca da alteração no regime das incapacidades, vez que, por muito tempo, conforme já mencionado, o conceito de incapacidade estava intimamente interligado a pessoa com deficiência.

Frisa-se que, de acordo com Rosenvald e Farias (2017, p. 339), a Lei 13.146/2015 mitigou, mas não aniquilou, a teoria das incapacidades do Código Civil, apenas realizou uma adequação às normas da Constituição da República e da Convenção de Nova Iorque, abolindo a perspectiva médica e assistencialista, pela qual se rotulava como incapaz aquele que ostentava uma insuficiência física ou intelectual.

Ainda, em sua obra Rosenvald e Farias (2017, p. 339), levantam o argumento de que é um ato totalmente discriminatório e ofensivo chamar um humano de incapaz somente por conta de uma deficiência física ou intelectual, sustentando a tese de que toda pessoa humana é especial pela sua simples humanidade, tenha, ou não, algum tipo de deficiência.

No bojo das inovações trazidas com o Estatuto, merece destaque o artigo 6º e 84 da nova norma, os quais impulsionaram a modificação das incapacidades, ao estabelecerem que a deficiência não afeta a plena capacidade civil. Vejamos:

Art. 6º A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para: [...]

Art. 84. A pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas.

Em verdade, nas palavras de Bezerra e Teixeira (2016, p. 587), o Estatuto da Pessoa com Deficiência estabeleceu que a deficiência não é critério para aferição da capacidade, fazendo ecoar o entendimento da própria CDPD, que reconhece a capacidade legal a todos.

Assim, com a finalidade de concretizar as novas disposições estatutárias, vários artigos do Código Civil foram modificados ou até mesmo revogados, acarretando em “grandes mudanças estruturais e funcionais na antiga teoria das incapacidades.” (TARTUCE, 2015, p. 01), especialmente os relativos à incapacidade, interdição e curatela.

Nesse linear, a primeira mudança no Código Civil foi o art. 3º, que passou a ter a seguinte redação: “Art. 3º. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesesseis) anos.” (BRASIL, Código Civil, 2002)

Como pode-se observar, a mudança perpetradas no art. 3º do CC/02, que estabelece o rol dos considerados absolutamente incapazes, foi profundamente expressiva, visto que teve todos os seus incisos revogados, onde agora apenas classifica como absolutamente incapaz o menor de dezesseis anos, isto é, fora mantida apenas o critério da faixa etária.

Assevera Plabo Stolze Gagliano que o Estatuto pretendeu homenagear o princípio da dignidade da pessoa humano, conferindo a pessoa com deficiência um tratamento isonômico, *in verbis*:

Em verdade, o que o Estatuto pretendeu foi, homenageando o princípio da dignidade da pessoa humana, fazer com que a pessoa com deficiência deixasse de ser “rotulada” como incapaz, para ser considerada – em uma perspectiva constitucional isonômica – dotada de plena capacidade legal, ainda que haja a necessidade de adoção de institutos assistenciais específicos, como a tomada de decisão apoiada e, extraordinariamente, a curatela, para a prática de atos na vida civil. (GAGLIANO, PAMPLONA, 2017, p. 150).

Dessa forma, apenas os menores de 16 anos são considerados, pelo ordenamento jurídico brasileiro, como absolutamente incapazes, de modo que todas as pessoas com deficiência, das quais tratava o comando anterior, passam a ser, em regra, plenamente capazes para o Direito Civil, o que visa a sua plena inclusão social, em prol de sua dignidade. (TARTUCE, 2015, p. 02).

Por outro turno, no art. 4º, que disciplina a incapacidade relativa, convém mencionar antes de adentrar nas alterações propriamente ditas que a redação dos incisos I e IV manteve-se incólume, isto é, não houve alteração dos incisos que faz referência aos menores púberes entre 16 (dezesesseis) anos completos e 18 (dezoito) anos incompletos, e o pródigos, respectivamente.

Nesse mesmo dispositivo, houve a alteração da redação dos incisos II e III. O inciso II, previa três hipóteses, tendo sido retirada a última delas, relativa às pessoas com deficiência mental, permanecendo apenas a referência aos ébrios e viciados em tóxicos.

No tocante ao inciso III, nota-se que ganhou nova redação, no lugar de “os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo”, passou a constar “aqueles que, por causa transitória ou permanente, não possam exprimir sua vontade”, que antes estava previsto no inciso III do art. 3º como hipótese de incapacidade absoluta. Vejamos a nova redação do art. 4º do Código Civil/02:

Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer
I - os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;
II - os ébrios habituais e os viciados em tóxico;
III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade; IV - os pródigos.
Parágrafo único. A capacidade dos indígenas será regulada por legislação especial. (BRASIL, Código Civil, 2002).

Nota-se que as principais mudanças foram a redução das causas de incapacidade absoluta, permanecendo apenas a hipótese dos menores de 16 (dezesesseis) anos; o remanejamento das hipóteses de incapacidade por ausência ou dificuldade para exprimir a vontade, que antes eram tidas como incapacidade absoluta e atualmente como incapacidade relativa; e a retirada dos deficientes e excepcionais do rol dos incapazes, exceto quando se enquadrarem na hipótese anterior.

Nesse sentido, o autor Cristiano Farias assevera:

A nova redação dedicada aos arts. 3º e 4º do Código Civil de 2002 é de clareza solar ao afastar qualquer tipo de incapacidade jurídica decorrente de deficiência. Assim, a deficiência, de qualquer ordem, não

implica em incapacidade para a prática de atos jurídicos. Todavia, a pessoa com deficiência pode reclamar uma proteção diferenciada em determinadas situações, como estado de risco, emergência ou calamidade. (FARIAS; CUNHA; PINTO; 2016, p. 18).

Para fins de melhor visualização, segue uma tabela comparativa das mudanças realizadas:

Art. 3º do CC/02 (Redação Original) Art. 3º do CC/02 (Redação após a Lei 13.146/2015)

“Art. 3º. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil: exercer pessoalmente os atos da vida civil os I – os menores de dezesesseis anos; menores de dezesesseis anos.

II – os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento II – Revogado para a prática desses atos; III – Revogado

III – os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

Art. 4º do CC/02 (Redação Original) Art. 4º do CC/02 (Redação após a Lei 13.146/2015)

Art. 4º. São incapazes, relativamente de certos atos, ou à maneira de os exercer: atos, ou à maneira de os exercer:

I – os maiores de dezesesseis e menores de I – os maiores de dezesesseis e menores de dezoito dezoito anos; anos;

II – os ébrios habituais, os viciados em II – os ébrios habituais, os viciados em tóxicos; tóxicos e os que, por deficiência mental, III - aqueles que, por causa transitória ou tenham o discernimento reduzido; permanente, não puderem exprimir sua vontade. III – os excepcionais, sem desenvolvimento IV – os pródigos; mental completo; IV – os pródigos;

A par disso, conclui-se que houve uma reconstrução jurídica no âmbito da capacidade civil, ao passo que, atualmente no ordenamento jurídico, as pessoas com alguma deficiência mental são consideradas como absolutamente capazes de exercer os atos da vida civil, não mais necessitando de representação ou assistência.

3.4 OUTRAS MODIFICAÇÕES IMPORTANTES PERPETRADAS NO CÓDIGO CIVIL DE 2002 EM PROL DA INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Outra modificação no Código Civil diz respeito ao direito das pessoas com deficiência poder ser testemunhas em igualdade de condições com os demais indivíduos. Dessa forma, revogou os incisos II e II do art. 228 do CC/02 e criou o §2º, passando a constar a seguinte redação:

Art. 228. Não podem ser admitidos como testemunhas:

I - os menores de dezesesseis anos;

II - **(Revogado);**

III - **(Revogado);**

IV - o interessado no litígio, o amigo íntimo ou o inimigo capital das partes;

V - os cônjuges, os ascendentes, os descendentes e os colaterais, até o terceiro grau de alguma das partes, por consangüinidade, ou afinidade.

§ 1º Para a prova de fatos que só elas conheçam, pode o juiz admitir o depoimento das pessoas a que se refere este artigo

§ 2º **A pessoa com deficiência poderá testemunhar em igualdade de condições com as demais pessoas, sendo-lhe assegurados todos os recursos de tecnologia assistiva.** (Brasil, Código Civil, 2002, artigo 228).

Além disso, a Lei 13.146/2015 amparado na autonomia conferida as pessoas com deficiência possibilitou o direito de decidir sobre o casamento, como também proporcionou o direito de poder gerar um filho ou até mesmo adotar. Para isso, revogou o inciso I do art. 1.548 do CC/02 e incluiu o §2º do art. 1.550, vejamos :

Art. 1.548. É nulo o casamento contraído:

I - (Revogado);

II - por infringência de impedimento.

Art. 1.550. É anulável o casamento:

I - de quem não completou a idade mínima para casar;

II - do menor em idade núbil, quando não autorizado por seu representante legal;

III - por vício da vontade, nos termos dos arts. 1.556 a 1.558;

IV - do incapaz de consentir ou manifestar, de modo inequívoco, o consentimento;

V - realizado pelo mandatário, sem que ele ou o outro contraente soubesse da revogação do mandato, e não sobrevivendo coabitação entre os cônjuges;

VI - por incompetência da autoridade celebrante.

§ 1º. Equipara-se à revogação a invalidade do mandato judicialmente decretada.

§ 2º A pessoa com deficiência mental ou intelectual em idade núbil poderá contrair matrimônio, expressando sua vontade diretamente ou por meio de seu responsável ou curador. (Brasil, Código Civil, 2002, artigos 1.548 e 1.550, negritos meus)

Observa-se que houve uma importante mudança no âmbito matrimonial, eis que não há mais a possibilidade de nulidade ou anulabilidade do casamento em virtude da pessoa ser portadora de deficiência. Ainda que a pessoa com deficiência esteja sob a curatela, deverá expressar a sua vontade diretamente ou através de seu curador, vez que a curatela não alcança os direitos existenciais, tão somente os negociais e patrimoniais. Vejamos trecho sobre o assunto do autor Cristiano de Farias:

A Lei Brasileira de Inclusão altera, significativamente, o sistema de invalidades do matrimônio, previsto nos arts. 1.548 e 1.550 do Código Civil. Não há mais nulidade ou anulabilidade de casamento decorrente de deficiência. Singrando os mesmos mares, o curatelado pode casar, independentemente de anuência do representante ou assistente. Com isso, a hipótese única de nulidade nupcial passa a ser a violação de impedimentos matrimoniais. Lado outro, não mais é possível a anulação do casamento por desconhecimento de doença mental ou deficiência física. (FARIAS; CUNHA; PINTO, 2016, p. 247).

Ainda, uma outra modificação que merece destaque guarda relação com o instituto da curatela. O Estatuto da Pessoa com Deficiência suprimiu o inciso que continha a hipótese de aplicação para aquelas pessoas que não tem o necessário discernimento para os atos da vida civil, às pessoas com deficiência mental e às pessoas sem completo desenvolvimento mental. Vejamos:

Art. 1.767. Estão sujeitos a curatela:

- I - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;
- II - (Revogado);
- III - os ébrios habituais e os viciados em tóxico;
- IV - (Revogado);
- V - os pródigos. (BRASIL, Código Civil, 2002)

Vale ressaltar que esta modificação entrou em contradição com o texto previsto sobre o tema no Código de Processo Civil, eis que, segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência a própria pessoa detém legitimidade para entrar com ação para submeter-se a curatela, mas com a entrada em vigor do novo CPC, essa legitimidade fora revogada. Nesse sentido, colaciono parte do texto do autor Cristiano de Farias dissertando sobre o assunto:

Nessa linha de perspectiva, o Estatuto legitimou a própria pessoa para a ação de curatela (a chamada autocuratela) e, a outro giro, reconheceu a legitimidade do Ministério Público para qualquer tipo de curatela, mesmo não se tratando de doença mental grave. Nota-se, ademais, que o Código Adjetivo de 2015 teve de cumprir uma vacatio legis de um ano, enquanto à Lei Brasileira de Inclusão, por seu turno, foi estabelecido um período de vacância de 180 dias. Ou seja, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, embora seja lei posterior (já que a norma legal existe a partir de sua promulgação, conforme entendimento prevalecente em doutrina), entrou em vigor em janeiro de 2016, enquanto o Código de Processo Civil de 2016 (que é lei anterior) somente ganhou vigência em março de 2016. Malgrado seja possível uma interpretação no sentido de que urna norma teria revogado a outra (utilizando o critério da anterioridade ou da especialidade), a melhor compreensão é no sentida da harmonização entre os dois Diplomas Legais, procurando estabelecer uma interpretação sistêmica. Assim sendo, deve se retirar de cada lei aquilo que melhor se mostrar para a pessoa com deficiência. (FARIAS; CUNHA; PINTO; 2016, p. 329).

Diante disso, ao entrar em vigor o Código de Processo Civil revogou os artigos do Código Civil que tratavam sobre a legitimidade para a curatela trazidos pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência e tratou sobre o tema de um modo totalmente diferente, trazendo em seu art. 747 os novos ditames, de modo contrário ao estabelecido no Estatuto da Pessoa com Deficiência. *In verbis*:

Art. 1.768. O processo que define os termos da curatela deve ser promovido: (Revogado pela Lei n^o 13.105, de 2015) (Vigência)

I - pelos pais ou tutores; (Revogado pela Lei n^o 13.105, de 2015) (Vigência)

II - pelo cônjuge, ou por qualquer parente; (Revogado pela Lei n^o 13.105, de 2015) (Vigência)

III - pelo Ministério Público. (Revogado pela Lei n^o 13.105, de 2015) (Vigência)

IV - pela própria pessoa. (Revogado) (BRASIL, Código Civil, 2002)

Art. 747. A interdição pode ser promovida:

I - pelo cônjuge ou companheiro;

II - pelos parentes ou tutores;

III - pelo representante da entidade em que se encontra abrigado o interditando;

IV - pelo Ministério Público.

Parágrafo único. A legitimidade deverá ser comprovada por documentação que acompanhe a petição inicial.

747)

Inevitável que as antinomias acima exposta trouxe certas dúvidas e insegurança quanto a aplicabilidade de referido instituto, mas, segundo a doutrina deverá sempre ser levado em consideração a análise do caso concreto e o que se mostrar mais benéfico a pessoa com deficiência, isto é, dependerá de cada Magistrado analisar o caso concreto apontando se cabe ou não legitimidade para a própria pessoa a ser interdita.

Uma outra parte da doutrina entende que as disposições relativas ao instituto da curatela devem ser interpretadas com base no Estatuto, vez que este deriva da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, recepcionada como emenda constitucional, tendo força normativa superior, na forma do art. 5, §3º, da CRFB/88. Nesse sentido, colaciono entendimento do professor Paulo Lôbo:

As regras do CPC/2015 deverão ser interpretadas em conformidade com as da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, pois esta tem força normativa superior àquele – força de emenda constitucional (Constituição, art. 5º, §3º), por ser matéria de direitos humanos, com supremacia sobre qualquer lei ordinária - , relativamente à curatela especial, como medida protetiva e temporária, não sendo cabível a interpretação que retome o modelo de interdição, apesar da terminologia inadequada utilizada pela lei processual. Assim, os termos 'interdição' ou 'interditado' devem ser interpretados segundo os significados de curatela e curatelado.
(LÔBO, Paulo. 2018, p. 435)

Por fim, o Estatuto da Pessoa com Deficiência inovou no âmbito civil ao trazer um novo instituto protetivo denominado tomada de decisão apoiada. O novo instituto possibilita a pessoa com deficiência escolher duas pessoa de sua confiança para lhe prestar apoio sobre os atos da vida civil.

Insta salientar que o novel instituto se mostra coerente com o novo tratamento dado para as pessoas com deficiência, eis que garante que referida pessoa possa expressar a sua vontade, valorizando a autonomia e autodeterminação, ao passo que é facultativo a pessoa com deficiência a escolha de duas pessoas para ajudar na tomada de decisão sobre os atos da vida civil.

Ultrapassadas tais alterações, observa-se que, conforme entendimento de Flávio Tartuce (2015, p. 02), o sistema de incapacidades passou a ser a caracterizado como um modelo mais maleável, pautado nas circunstância do caso concreto e sempre visando a inclusão social, dignidade e igualdade das pessoas com deficiência.

Pontua Venosa (2016, p. 149), que o Estatuto da Pessoa com Deficiência busca atribuir os mais amplos direitos às pessoas com deficiência, que não mais serão consideradas totalmente incapazes, mas relativamente capazes, de acordo com sua respectiva avaliação.

Não obstante ampla autonomia, Rosenvald e Farias (2017, p. 347), alegam que há uma intersecção entre a teoria das incapacidades e as pessoas com deficiência física ou psíquica. Isso porque, uma pessoa com deficiência, eventualmente, pode estar impossibilitada de manifestar a sua vontade, de modo temporário ou definitivo, podendo ser reconhecida a incapacidade relativa desta pessoa.

Nesse ponto, necessário esclarecer que o fato gerador da incapacidade não reside na patologia ou estado psíquico da pessoa, mas na impossibilidade de exteriorizar a sua vontade. Dessa maneira, no atual cenário, a incapacidade jurídica pode alcançar uma pessoa com deficiência quando não puder exprimir vontade. (FARIAS, ROSENVALD, 2017, p. 347).

Noutro giro, Flávio Tartuce (2015) também cita outro exemplo de uma pessoa com deficiência que seja viciado em tóxicos, podendo ter tido como incapaz como qualquer outro sujeito. Portanto, em casos excepcionais, tais pessoas podem ser consideradas como relativamente incapazes em alguma hipótese do novo art. 4º do Código Civil.

Além disso, o artigo 84, §1º e §3º é claro ao afirmar que, quando for necessário a pessoa com deficiência deverá ser submetida à curatela, devendo ser proporcional às circunstâncias de cada caso e durando o menor tempo possível.

Ademais, como bem pontuado por Bezerra de Menezes (2015, p. 15), a análise do discernimento sempre será pessoal, apurada caso a caso, não podendo ser pautada em critérios objetivos, fixados abstratamente na lei, isso porque cada pessoa deve ser observada, no contexto de sua própria vida e experiência, no processo de avaliação dos limites de sua capacidade.

Em suma, pode-se dizer que houve a quebra da premissa de que a pessoa com deficiência era considerada presumidamente como incapaz. Com as alterações acima já expostas, tem-se agora o contrário, a presunção é de que a pessoa com deficiência goza de capacidade plena, sendo a incapacidade tratada como exceção na vida dessas pessoas.

Não obstante, a grande problemática paira sobre os novos modelos de proteção proporcionados a pessoa com deficiência, especificamente naqueles casos em que envolve pessoa com grave deficiência mental. Pergunta-se aqui se não deveria valorar o grau de discernimento existente, para que assim seja proporcionada a esta pessoa a proteção devida.

Antes do advento do Estatuto da Pessoa com Deficiência tinha-se um modelo rígido, o qual considerava toda pessoa com deficiência mental como absolutamente incapaz, não levando em consideração os casos em que a pessoa com deficiência pudesse exprimir a sua vontade. Atualmente, tem-se um modelo em que considera toda pessoa com deficiência mental como plenamente capaz, desconsiderando os casos em que inexistente discernimento e com isso, necessitam de uma curatela absoluta para os atos da vida civil.

4 A NOVA DINÂMICA DOS INSTITUTOS PROTETIVOS

4.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE AS MUDANÇAS

O modelo de proteção para aqueles indivíduos portadores de alguma deficiência mental ou intelectual consistia na representação, onde havia a substituição integral de vontade da pessoa interdita, abrangendo tanto questões patrimoniais e negociais, como também assuntos pessoais e existenciais desses indivíduos.

Com a criação da Lei 13.146/2015, nota-se que houve uma mudança radical na forma de proteger as pessoas com deficiência, vez que tornou a assistência aos relativamente incapazes um instituto envolto de caráter excepcional e proporcional, não atingindo os atos pessoais e existenciais da pessoa curatelada.

Além de reformular o instituto da curatela, também inova ao trazer o instituto denominado Tomada de Decisão Apoiada (TDA), contemplado no art. 1.783-A do Código Civil, voltado para aquelas pessoas com deficiência consideradas plenamente capazes, prestando a estas pessoas apenas o devido apoio, sem qualquer restrição a sua autonomia.

Feitas essas considerações preliminares, importante tecer sobre as mudanças no instituto da curatela e as inovações trazidas com o instituto da tomada de decisão apoiada, bem como as nuances trazidas com a aplicação desses institutos nos casos em que a pessoa com deficiência não possui discernimento algum para tomar as decisões dos atos pessoais e/ou existenciais de sua vida.

4.2 O INSTITUTO DA CURATELA SOB NOVA ÓTICA

Inicialmente vale consignar que a curatela é um instituto protetivo em prol da defesa dos interesses de maiores incapazes. Por força do Estatuto, não existe mais indivíduos maiores absolutamente incapazes, e diante disso, a curatela somente incide sobre aqueles indivíduos maiores relativamente incapazes. Sobre o tema, o autor Flávio Tartuce explica com grande clareza:

público, atribuído pela lei. São partes da curatela o curador e o curatelado. Estão sujeitos à curatela os maiores incapazes. Como visto, não existem mais absolutamente incapazes maiores, por força das alterações que foram feitas no art. 3.º do Código Civil pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015). Sendo assim, a curatela somente incide para os maiores relativamente incapazes que, na nova redação do art. 4.º da codificação material, são os ébrios habituais (no sentido de alcoólatras), os viciados em tóxicos, as pessoas que por causa transitória ou definitiva não puderem exprimir vontade e os pródigos. Como visto, não há mais a menção às pessoas com discernimento mental reduzido e aos excepcionais, tidos agora como plenamente capazes pelo sistema. (TARTUCE, 2017, p. 1.508).

Diante da referida legislação, a regra é que todas as pessoas adultas possuem capacidade civil plena, sendo exceção a hipótese de um indivíduo adulto ser considerado incapaz para praticar os atos da vida civil. Portanto, o instituto da interdição restou prejudicado frente ao Estatuto, visto que os menores não são interditados, mas sim tutelados.

Os sujeitos passivos do processo de curatela passam a ser somente aqueles elencados no rol dos relativamente incapazes, quais sejam, os “ébrios habituais e os viciados em tóxicos, os pródigos e aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade”, conforme novo texto dado ao art. 1767 do Código Civil de 2002.

A par de tais mudanças, o modelo de interdição previsto no antigo ordenamento jurídico teve que ceder espaço para um modelo de curatela mais restrito, em casos excepcionais de ausência de discernimento, observando as limitações previstas pela Lei 13.146/15.

Nessa toada, a curatela, de modo inverso da interdição anterior, deve ser de acordo com o art. 84 da Lei 13.146/2015, que dispõe que “a definição de curatela da pessoa com deficiência constitui medida protetiva extraordinária, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, e durará o menor tempo possível”. (TARTUCE, 2017, p. 136). Vejamos a transcrição completa do art. 84 da Lei 13.146/15:

Art. 84. A pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 1º Quando necessário, a pessoa com deficiência será submetida à curatela, conforme a lei.

§ 2º É facultado à pessoa com deficiência a adoção de processo de tomada de decisão apoiada.

§ 3º A definição de curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva extraordinária, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, e durará o menor tempo possível.

§ 4º Os curadores são obrigados a prestar, anualmente, contas de sua administração ao juiz, apresentando o balanço do respectivo ano.

(BRASIL, Estatuto da Pessoa com Deficiência, 2015)

Observa-se que o §1º do art. 84 da referida Lei ampara as pessoas mencionadas no inciso III, do art. 4º do Código Civil, que são aqueles “que, por causa permanente ou transitória, não puderem exprimir sua vontade”. (BRASIL, Código Civil, 2002).

Pode-se notar que o legislador redobrou a atenção a linguagem adotada, ao passo que substituiu a expressão “interdição” por “processo de curatela”, pelo fato de considerar aquela expressão uma medida de proibição do exercício de direitos. Sobre o tema, Nelson Rosendal (2015) diz o seguinte:

Interdição, por conseguinte, é uma palavra incompatível com o pluralismo inerente ao Estado Democrático de Direito. Além de medida coercitiva e opressiva, que imprime uma marca indelével na pessoa, ela remete à uma sentença nulificante do exercício de situações existenciais e redutiva da complexidade e singularidade do ser humano a um quadro psíquico, que, por si só, legitimaria a neutralização da

subjetividade pelo alter ego do curador. Ao contrário, a eficácia positiva da Dignidade da Pessoa Humana requer a potencialização da autonomia, para que cada indivíduo seja autor de sua própria biografia e desenvolva o seu *modus vivendi*. (ROSENVALD, 2015).

Antes do advento do Estatuto da Pessoa com Deficiência, no processo de interdição a pessoa era destituída de sua capacidade civil, sendo a pessoa do curador responsável por todos os atos da vida civil do curatelado, sendo totalmente irrelevante sua expressão de vontade para a prática de qualquer ato de sua vida.

Contemplando o princípio da dignidade da pessoa humana, podemos notar que o legislador conferiu maior autonomia e liberdade as pessoas com deficiência. O art. 85 do mesmo dispositivo legal estabelece limitações no campo de atuação da curatela, ao dizer que a curatela somente irá afetar os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial, isto é, não tem o condão de alcançar direitos referentes ao próprio corpo, a sexualidade, o matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto. *In verbis*:

Art. 85. A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial.

§ 1º A definição da curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto.

§ 2º A curatela constitui medida extraordinária, devendo constar da sentença as razões e motivações de sua definição, preservados os interesses do curatelado.

§ 3º No caso de pessoa em situação de institucionalização, ao nomear curador, o juiz deve dar preferência a pessoa que tenha vínculo de natureza familiar, afetiva ou comunitária com o curatelado.

Extrai-se do §1º deste artigo que a curatela não tem o condão de alcançar os atos existenciais, mas tão somente os atos patrimoniais, reforçando assim um dos objetivos basilares do Estatuto da Pessoa com deficiência, promoção da igualdade e inclusão social da pessoa com deficiência.

Como pode ver, o §2º enfatiza a tese de que a curatela é uma medida excepcional, ao passo que “deve constar nas sentenças todas as razões e motivações de sua definição, devendo ser preservado os interesses do curatelado”. (TARTUCE, 2017, p. 136).

No antigo regime de interdição a representação incidia sobre todos os aspectos, patrimonial/negocial e existencial/pessoal. De modo diferente, a Lei 13.146/15 em seu art. 85 estabeleceu que a curatela apenas abarcaria os atos patrimoniais e negociais, não devendo incidir sobre os atos existenciais e pessoais.

Sendo assim, a curatela deve ser utilizada de maneira extraordinária e proporcional às necessidades da pessoa curatelada, cujo procedimento deve ser se adequar as circunstâncias do caso concreto, respeitando os graus de desenvolvimento mental, as limitações, e principalmente as vontades e preferências dos indivíduos, demonstrando a sua singularidade de cada sujeito.

Nelson Rosenvald (2015) acredita que o magistrado deverá criar um projeto terapêutico individualizado, afastado de todo modelo genérico, sempre se atentando as singularidades da pessoa do caso concreto. A respeito, colaciono parte das palavras de Rosenvald:

Cumprirá ao magistrado criar um projeto terapêutico individualizado, com regras específicas voltadas àquela pessoa, no qual serão definidos quais atos e atividades serão objeto de preservação de autonomia; em quais situações a pessoa será assistida e, finalmente, as hipóteses em que será representada. Ao invés de uma interdição que consubstancia um a priori de abstrata e geral incapacitação, o magistrado proferirá uma decisão fundamentada e funcionalizada à promoção da recuperação da pessoa curatelada” (ROSENVALD, 2015).

Diante do novo quadro, é necessário sempre se atentar as peculiaridades do caso concreto, com o devido estudo biopsicossocial, a fim de verificar quais são os reais impedimentos da pessoa com deficiência, aplicando-se, dessa forma, a curatela nos limites necessários, não incidir sobre os direitos existenciais.

4.3 TOMADA DE DECISÃO APOIADA COMO INSTRUMENTO DE AFIRMAÇÃO DA CAPACIDADE CIVIL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O art. 116 da Lei 13.146/15, ao estabelecer uma redação para o art. 1.783-A do Código Civil, cria um modelo protetivo para as pessoas plenamente capazes, que estão em situação de vulnerabilidade, denominado Tomada de Decisão Apoiada (TDA).

Art. 1.783-A. A tomada de decisão apoiada é o processo pelo qual a pessoa com deficiência elege pelo menos 2 (duas) pessoas idôneas, com as quais mantenha vínculos e que gozem de sua confiança, para prestar-lhe apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil, fornecendo-lhes os elementos e informações necessários para que possa exercer sua capacidade.

§ 1o Para formular pedido de tomada de decisão apoiada, a pessoa com deficiência e os apoiadores devem apresentar termo em que constem os limites do apoio a ser oferecido e os compromissos dos apoiadores, inclusive o prazo de vigência do acordo e o respeito à vontade, aos direitos e aos interesses da pessoa que devem apoiar.

§ 2o O pedido de tomada de decisão apoiada será requerido pela pessoa a ser apoiada, com indicação expressa das pessoas aptas a prestarem o apoio previsto no caput deste artigo.

§ 3o Antes de se pronunciar sobre o pedido de tomada de decisão apoiada, o juiz, assistido por equipe multidisciplinar, após oitiva do Ministério Público, ouvirá pessoalmente o requerente e as pessoas que lhe prestarão apoio.

§ 4o A decisão tomada por pessoa apoiada terá validade e efeitos sobre terceiros, sem restrições, desde que esteja inserida nos limites do apoio acordado.

§ 5o Terceiro com quem a pessoa apoiada mantenha relação comercial pode solicitar que os apoiadores contra-assinem o contrato ou acordo, especificando, por escrito, sua função em relação ao apoiado.

§ 6o Em caso de negócio jurídico que possa trazer risco ou prejuízo relevante, havendo divergência de opiniões entre a pessoa apoiada e um dos apoiadores, deverá o juiz, ouvido o Ministério Público, decidir sobre a questão.

§ 7o Se o apoiador agir com negligência, exercer pressão indevida ou não adimplir as obrigações assumidas, poderá a pessoa apoiada ou qualquer pessoa apresentar denúncia ao Ministério Público ou ao juiz.

§ 8o Se procedente a denúncia, o juiz destituirá o apoiador e nomeará, ouvida a pessoa apoiada e se for de seu interesse, outra pessoa para prestação de apoio.

§ 9o A pessoa apoiada pode, a qualquer tempo, solicitar o término de acordo firmado em processo de tomada de decisão apoiada.

§ 10. O apoiador pode solicitar ao juiz a exclusão de sua participação do processo de tomada de decisão apoiada, sendo seu desligamento condicionado à manifestação do juiz sobre a matéria.

§ 11. Aplicam-se à tomada de decisão apoiada, no que couber, as disposições referentes à prestação de contas na curatela. (BRASIL, Código Civil, 2002).

Este inovador modelo protetivo visa concretizar a disposição estabelecida na Convenção Internacional das Pessoas com Deficiência, especificamente em seu art. 4, ao definir que “Os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para prover o acesso de pessoas com deficiência ao apoio que necessitarem no exercício de sua capacidade legal”. (BRASIL, Decreto nº 6.949, 2009).

A tomada de decisão apoiada é o processo de jurisdição voluntária, pelo qual a pessoa com deficiência elege pelo menos 02 (duas) pessoas idôneas, com as quais mantenha vínculos e que gozem de sua confiança, para presta-lhe apoio na tomada de decisão sobre os atos da vida civil. Ressalta-se aqui que, nesses casos, a pessoa apresenta discernimento completo, de modo que ela mesma que ingressará com a ação e indicará as pessoas de sua confiança.

Maurício Requião (2015) em seu artigo destaca que a Tomada de Decisão Apoiada tem o condão de privilegiar “o espaço de escolha do portador de transtorno mental, que pode constituir em torno de si uma rede de sujeitos baseada na confiança que neles tem, para lhe auxiliar nos atos da vida civil”.

Ressalta-se que esse instituto não vem para substituir o instituto da curatela, muito pelo contrário, serve de disposições gerais sobre prestações de contas (§11) e concorre com ela, colocando-se como intermediária entre as pessoas com desenvolvimento mental completo e aquelas portadoras de deficiência intelectual que impeça a prática de atos da vida civil.

De modo inverso da tutela e da curatela, que são medidas voltadas à proteção da pessoa incapaz, “a tomada de decisão apoiada guarda nítidos traços tanto de proteção a direitos existenciais como patrimoniais da pessoa que apresente alguma deficiência.” (GABURRI, 2016, p. 130).

Esse novo instituto se difere dos outros institutos protetivos clássicos, tanto na função quanto em sua estrutura. Isso porque, enquanto a tutela e curatela atuam no campo estritamente negociais e patrimoniais, a tomada de decisão apoiada atua no âmbito das necessidades existenciais do sujeito como patrimonial.

Vale ressaltar, conforme pontuado por Maurício Requião (2015), o sujeito que requerer a tomada de decisão apoiada não sofrerá restrição em seu estado de plena capacidade, eis que o instituto protetivo apenas tem a função de estimular a autodeterminação da pessoa com deficiência.

Dúvida que pode surgir também é se o sujeito, ao requerer a tomada de decisão apoiada, tem a sua capacidade afetada de alguma forma. Os regimes estrangeiros acima apontados respondem de forma diferente, o que indica que a limitação ou não da capacidade em tais circunstâncias não se trata de decorrência lógica, mas sim de escolha legislativa. No caso brasileiro a tomada de decisão apoiada parece não implicar em perda da capacidade do sujeito que a requer, mas sim em caminho que oferece reforço à validade de negócios por ele realizados. (REQUIÃO, 2015).

Frisa-se que, embora a pessoa com deficiência sinta a necessidade de ser apoiada, deve possuir plena autonomia para decidir sobre os atos da vida civil. Sendo assim, os portadores de alguma deficiência que apresentam discernimento poderão fazer o uso do instituto da tomada de decisão apoiada, uma vez que apresentam plena condições de indicar as pessoas que lhe auxiliarão, bem como contam condições psíquicas intactas para tomarem as decisões sobre sua vida.

A título de exemplo, Nelson Rosendal (2015) aborda os benefícios desse modelo para aquelas pessoas deficientes que apresenta capacidade civil psíquica plena, porém detêm impossibilidade física ou sensorial (tetraplégicos, cegos, sequelados de AVC, portadores de outras enfermidades que as privem da deambulação para a prática de negócios e atos jurídicos de cunho econômico).

Conforme já dito, o caput do art. 1.783-A do CC/02 elucida que o procedimento consiste na eleição de pelo menos duas pessoas idôneas, em que a pessoa com deficiência considera de sua confiança, para estar prestando apoio e informações necessárias para à prática pessoal dos atos da vida civil.

Apesar da liberdade de escolha, este processo está submetido a uma rígida fiscalização judicial e direcionamento de atos, a fim de se enquadrar com a real vontade da pessoa apoiada. Comprovação dessa regularidade está no fato de que o termo deverá ser instrumentalizado por escritura pública ou documento particular, constando os limites do apoio a ser oferecido, duração do encargo e outras especificações do objeto, conforme estipulado no §1º do dispositivo.

O termo de compromisso dos apoiadores em relação à pessoa apoiada “deve ser tomado no bojo de um processo judicial de jurisdição voluntária, com intervenção

obrigatória do Ministério Público como custos legis, cuja iniciativa é personalíssima da pessoa apoiada.” (GABURRI, 2016, p. 131).

Destarte, após ouvido o Ministério Público, constituiu etapa obrigatória a oitiva da pessoa apoiada e dos apoiadores pelo juiz, que deverá estar assistido pela equipe multidisciplinar (§3º). Em seguida, caso o termo esteja de acordo com os interesses da pessoa com deficiência, o juiz proferirá decisão homologatória, tendo efeitos e validade sobre terceiros.

Com efeito, isso demonstra a particularidade de cada termo, evidenciando que a legitimidade ativa é de quem irá se beneficiar com esse modelo, que tem escopo proporcionar as pessoas com deficiência total liberdade para solicitar o auxílio e indicar quem serão seus assistentes. Nesse sentido, Maurício Requião (2015) se posiciona:

Note-se que a tomada de decisão apoiada é medida cuja legitimidade ativa cabe somente ao sujeito que dela fará uso (artigo 1783-A, §2º), o que reforça o papel da autonomia do portador de transtorno mental. Possuirá apoiadores não porque lhe foram designados, mas porque assim o quis. Este respeito à autonomia do apoiado prossegue presente no próprio termo em que se faz o pedido do estabelecimento de tomada de decisão apoiada. Em tal termo, firmado pelo apoiado e pelos apoiadores, é necessário que “constem os limites do apoio a ser oferecido e os compromissos dos apoiadores, inclusive o prazo de vigência do acordo e o respeito à vontade, aos direitos e aos interesses da pessoa que devem apoiar” (artigo 1783-A, §1º). Destaque-se, portanto, que a tomada de decisão apoiada poderá ser diferente para cada sujeito, já que o termo que for apresentado é que especificará os limites do apoio. (REQUIÃO, 2015).

Segundo opinião de Nelson Rosenvald (2015), essa autonomia conferida ao beneficiário de escolha de seus apoiadores, pode ser modificada pelo juiz, em função do princípio da cooperação, que ilumina o art. 6º do CPC/15, através da designação de um ou ambos apoiadores em substituição àqueles indicados pela pessoa com deficiência.

Repisa-se que, essa intervenção deve ser necessária, devendo o juiz justificar a sua postura. Isso porque, trata-se de um processo simples, no qual o papel do Judiciário é, em apertada síntese, proceder uma entrevista para fins de atestar a congruência entre o termo da decisão apoiada, a narrativa dos envolvidos e os interesses da pessoa a ser apoiada.

Outrossim, decorrido algum tempo e verificado pelo Juiz e Ministério Público que a tomada de decisão apoiada não se revela a medida mais adequada para a plena tutela do beneficiário, em razão do agravamento das condições psíquicas do beneficiário, que a impeça de compreender o sentido de seus atos, poderá ser decretada a curatela e a inversão do papel dos apoiadores em curadores.

Outro ponto relevante que merece ser destacado diz respeito a questão de conflito de interesses. Conforme se extrai do §6º quando ocorrer conflito de interesses entre a pessoa apoiada e um dos apoiadores, fica o juiz encarregado de decidir sobre a questão.

Lado outro, notando que o apoiador está agindo com desídia ou que este provoque algum evento danoso em prejuízo do beneficiário, a denúncia perante o Juiz ou Ministério Público poderá ser feita por qualquer pessoa, conforme preceitua o §7º do dispositivo. Em caso de procedência, ocorrerá a destituição do apoiador e, caso seja a vontade da pessoa apoiada, a nomeação de outra pessoa para a prestação do apoio, nos termos do §8º do art. 1.783-A do CC/02.

4.4 ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A APLICABILIDADE DOS MODELOS PROTETIVOS

Inicialmente, consigna-se que tanto o instituto da tomada de decisão apoiada, quanto o instituto da curatela necessitam da via judicial para serem concretizados, ao passo que se diferem pelo fato de abarcarem diferentes situações de incapacidades.

Ao criar o novo modelo protetivo, apesar de manter os modelos protetivos já existentes, o legislador preocupou-se em manter intacta a autonomia e a

liberdade da pessoa apoiada, sem amputar ou restringir seus desejos e anseios da vida. Nelson Rosenvald expõe sua visão sobre o instituto:

Cuida-se de figura bem mais elástica do que a tutela e a curatela, pois estimula a capacidade de agir e a autodeterminação da pessoa beneficiária do sem que sofra o estigma social da curatela, medida nitidamente invasiva à liberdade da pessoa. (ROSENVALD, 2015, p. 02)

Extrai-se do artigo 1.783-A do Código Civil que o instituto abrange todas as pessoas com deficiência, chamando-se atenção neste ponto, vez que nem todas as pessoas com deficiência possuirão discernimento para eleger dois apoiadores. Evidencia-se, portanto, que em nenhum momento o legislador preocupou-se em distinguir os variados tipos de deficiência.

Não há controvérsias no fato de que os portadores de deficiência, sem comprometimento cognitivo, poderão fazer o uso do novel instituto da tomada de decisão apoiada, haja vista terem ampla autonomia de manifestar suas vontades, especialmente na decisão de eleger duas pessoas que considere de confiança.

Conforme outrora exposto, esse modelo mostra-se ser bastante benéfico para aquelas pessoas com algum tipo de deficiência físico-motora, tetraplégicas, cegas, com sequelas decorrentes de um AVC, dentre outros inúmeras situações. Assim, pode-se concluir que nos casos de enfermidade e deficiência física, a tomada de decisão apoiada mostra-se um modelo protetivo condizente com a realidade do indivíduo, já que se presume haver discernimento pelo apoiado para praticar os atos da vida civil e indicar seus apoiadores.

Todavia, no que se refere aos portadores de alguma deficiência mental, não parece ser adequado a utilização do meio protetivo ora comentado. Em verdade, o Estatuto da Pessoa com Deficiência ao remodelar a teoria das capacidades, estabeleceu incapacidade relativa apenas para casos extraordinários, proporcionando plena capacidade civil para todas aquelas pessoas com algum tipo de deficiência psíquica.

Observa-se que o Estatuto não considerou os mais variados graus de deficiências mentais e seus reflexos na capacidade de discernir do sujeito. Sobre o tema, Bruna Graziuso (2016, p. 02) disserta que é “Inegável que a lei é polêmica e pouco desenvolvida, sem diferenciar os diferentes tipos e graus de deficiências mentais e sua influência na capacidade de discernimento do indivíduo”.

Isso porque, ao presumir que toda e qualquer pessoa com deficiência deva receber a mesma proteção do Estado, não se atentou para o fato de que existe diversos graus de incapacidade e casos em que a pessoa não é provida de discernimento para a prática dos atos da vida civil.

Conforme pontuado pela professora Andressa Fontana (2018, p. 08) , considerando que parcela considerável da população sofre de alguma patologia psíquica, incapacitante por muitas vezes, parece imprudente estabelecer que sempre pode ocorrer a utilização do regime da tomada de decisão apoiada, como também seria extremista inferir-se a necessidade de curatela em todos os casos.

Por isso, mostra-se plausível analisar cada caso concreto antes de afirmar previamente o modelo protetivo adequado para a pessoa com deficiência mental ou cognitiva. Portanto, certo se fez o artigo 1.783-A, parágrafo 3º, Código Civil de 2002 ao estabelecer que antes de se pronunciar sobre o pedido de tomada de decisão, o juiz deverá analisar as condições do sujeito, com o auxílio de uma equipe multidisciplinar.

Superada esta análise, forçoso imaginar a hipótese da pessoa com deficiência que não possua discernimento para dirigir os atos de sua vida, tampouco eleger seus apoiadores e acabe sendo curatelada, surge então o seguinte questionamento: Como serão tratados os aspectos pessoais e existenciais de sua vida, visto que a curatela abarca apenas os atos patrimoniais e/ou negociais? Estariam essas pessoas desprotegidas?

Doutrinadores se posicionam no sentido de que sempre haverá aquelas pessoas em que ficaram desamparadas tanto pelo instituto da tomada de decisão apoiada

quanto do instituto da curatela. Nesse sentido, afirma Simão (2015) que “as pessoas ficam abandonadas à própria sorte, pois não podem exprimir sua vontade e não poderão ser representadas, pois são capazes por ficção legal.”

O Estatuto ao passo que promove a concepção de evitar discriminações, trava um embate no sentido de negar as diferenças, ocasionando em uma desproteção dos indivíduos que não tem discernimento, especialmente no que se refere aos atos existenciais. Nesse mesmo sentido se posiciona Fontana e Fleischmann (2020, p. 19), vejamos:

A negação de proteção a atos que não estritamente patrimoniais de pessoas com significativa desordem mental ou cognitiva representa idealismo do legislador, estabelecendo, com isto, a necessidade de o Judiciário conferir tutelas diferenciadas daquelas previstas na legislação pátria. (FONTANA, FLEISCHMANN, 2020, p. 19)

Impede esclarecer que não se pretende criticar as alterações promovidas pelo Estatuto, ao contrário, é louvável conferir as pessoas com deficiência ampla autonomia para conduzir sua própria vida, promovendo a estas um tratamento digno, em igualdade com os demais cidadãos.

Ocorre que, não se pode olvidar a realidade, visto que existem muitas pessoas com comprometimento mental que necessitam de ampla representação dos curadores, e não apenas incidindo sobre os atos patrimoniais, eis que não possuem discernimento algum para decidir sobre eles.

Não se mostra razoável aniquilar qualquer expressão de vontade que a pessoa com deficiência conseguir exprimir, como no Código Civil de 2002 (antes do Estatuto), como também não se mostra plausível dar proteção parcial para aquelas que não possuem qualquer discernimento para a prática dos atos da vida civil.

Em virtude disso, Pontua o professor Tomasevicius Filho (2017) o seguinte:

Ainda existem dificuldades para adequar a legislação às situações em que pessoas comprovadamente sem condições de gerenciar suas vidas ou de manifestar sua vontade sejam consideradas relativamente incapazes, trazendo, nesses casos específicos, a desproteção de seus interesses.

A doutrina e jurisprudência se firmam no sentido de que, apesar da curatela não assumir poderes de representação, pode ocorrer ampliação dos limites da curatela para abarcar os atos existenciais, na medida em que for necessário. “A Lei 13.146/15 previu a possibilidade de delinear uma curatela aberta à demanda do curatelado, inclusive, para atender as necessidades daquela pessoa absolutamente faltosa de juízo crítico e autonomia.” (MENEZES, 2015, p. 22)

A depender do caso concreto e do conjunto probatório, especialmente de um laudo médico e/ou psiquiátrico, pode-se impor o caráter absoluto da interdição, ampliando os limites da curatela para atingir os atos existenciais ou pessoais. Nesse sentido, a desembargadora fixou extensão da curatela à prática de atos de conteúdo patrimonial e negocial, bem como ao gerenciamento de seu tratamento de saúde e à possibilidade de contrair matrimônio, segue ementa:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE INTERDIÇÃO – CABIMENTO – ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – RECONHECIMENTO DA INCAPACIDADE RELATIVA – AMPLIAÇÃO DOS LIMITES DA CURATELA. 1 – O indivíduo não pode ser mais considerado absolutamente incapaz, para os atos da vida civil, diante das alterações feitas no Código Civil pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência. 2 – A patologia psiquiátrica descrita configura hipótese de incapacidade relativa, não sendo caso de curatela limitada (art. 4º, inciso III, e 1.767, inciso I do CC, com a redação dada pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência). 3 – A ampliação dos limites da curatela, para além dos atos patrimoniais e negociais, não é medida extraordinária, mas sim real, diante da incapacidade da parte (art. 755, inciso I, do CPC/2015). (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS, 2017).

Nesse mesmo sentido se posicionou o desembargador Alberto Vilas Boas, vejamos:

Abranja, além dos atos de natureza patrimonial e negocial, tudo o que diga respeito à regência da vida da curatelada, aos cuidados e à saúde

da doente, às decisões primordiais sobre sua subsistência e sobrevivência, além dos aspectos financeiros e patrimoniais.
(TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS, 2017)

Conclui-se que de fato a Lei 13.146/15 ao remodelar o regime de incapacidades, não considerou as variáveis incapacitantes que podem acometer uma pessoa com deficiência. Ao passo que ao estabelecer os modelos protetivos, acabou por não se compatibilizar com as reais necessidades daquele que se pretende proteger.

Por isso, fez-se necessário amparo no Judiciário para suprir as lacunas deixadas pela Lei 13.146/2015. É cediço que a jurisprudência tem se formado de maneira aprimorada sobre o assunto, além do que a lei regulamenta, promovendo extensões e ampliações dos atos abarcados pela lei inclusiva, moldando-se conforme a excepcionalidade e particularidade de cada incapaz, com o intuito de efetivar uma proteção jurídica residual em prol daqueles que clamam por uma proteção.

5 CONCLUSÃO

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) adentrou nosso ordenamento jurídico como um marco de grande relevância, promovendo a inclusão social das pessoas com deficiência, como também trazendo ferramentas para a concretização dessa mudança social.

Dentre as alterações legislativas, chama-se atenção para a remodelação no regime das incapacidades, que passou a considerar as pessoas com deficiência plenamente capazes, proporcionando um tratamento louvável e condizente o tratamento humanitário proposto na Constituição Federal de 1988.

O presente estudo pautou-se em identificar as alterações promovidas pelo Estatuto da Pessoa com deficiência no sistema de incapacidades, demonstrando-se inovação ao excluir as pessoas com deficiência do rol dos incapazes. Ao serem tratadas como plenamente capazes, criou-se o instituto denominado Tomada de Decisão Apoiada para auxiliar essas pessoas, sem, contudo, retirar a autonomia dessas pessoas sobre os atos da vida civil.

Nos dias atuais, toda pessoa com deficiência pode-se valer do instituto da tomada de decisão apoiada, desde que tenha discernimento para eleger duas pessoas de sua confiança. De outro modo, caso a pessoa com deficiência não seja capaz de discernir sobre os atos da vida civil, será considerado relativamente incapaz, sendo sujeitado a um processo de curatela que abarcará apenas questões patrimoniais e/ou negociais.

Diante desse novo quadro protetivo, no presente trabalho, buscou-se analisar como ficaria a situação protetiva da pessoa com deficiência que não possui discernimento para a prática dos atos existenciais, cogitando-se a hipótese de que poderia estar desamparada juridicamente.

Entretanto, após análise doutrinárias e jurisprudenciais, depreende-se que a restrição dos atos em que o instituto poderá atingir irá depender da análise do caso concreto, vez que, sendo necessário ocorrerá determinação judicial no sentido de ampliar a proteção jurídica dos institutos aos atos existenciais e/ou pessoais, entrando em perfeita consonância ao estabelecido no Estatuto, dando a correta proteção a pessoa com deficiência.

É conclusivo que o anseio do Estatuto da Pessoa com Deficiência em promover a inclusão social da pessoa com deficiência é louvável e de extrema importância, vez que extirpam a discriminação enfrentada por essa parcela de indivíduos por longos períodos na história, todavia, deixou brechas em seu texto legal que podem acarretar em desproteção a parcela de pessoas com deficiência que não possuem discernimento para conduzir os atos de sua vida civil.

Em virtude disso, a jurisprudência tem mostrado seu papel fundamental no controle de proteção, de modo a preencher as lacunas na Lei 13.146/2015 e proporcionar o devido tratamento protetivo a estas pessoas, em consonância com os princípios e objetivos entabulados tanto na Lei 13.146/15 quanto na própria Constituição Federal de 1988.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Vitor. Da invisibilidade à inclusão social das pessoas com deficiência: uma resenha à obra coletiva “Estatuto da Pessoa com Deficiência: comentários à Lei 13.146/2015”, coordenada por Guilherme Magalhães Martins e Lívia Pitelli Zamarian Houaiss. *Civilistica.com*. Rio de Janeiro, a. 8, n. 3, 2019. Disponível em: <<http://civilistica.com/da-invisibilidade-a-inclusao/>>. Acesso em: 08/08/2020.

AMARAL, Francisco. *Direito Civil: Introdução*. 2018. p. 229.

ARAÚJO, Luiz Alberto David; COSTA, Waldir Marcieira Filho da. O Estatuto da Pessoa com Deficiência – EPDC (Lei nº 13.146/2015 de 06/07/2015): Algumas Novidades. *Revista dos Tribunais*, v. 962, p. 65 – 80, dez. 2015. DTR\2015\17066. Disponível em: <https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/298>. Acesso em: 03 set. 2020.

BEVILAQUA, Clóvis, *Teoria Geral do Direito Civil*. Edição histórica revista e atualizada por Caio Mário da Silva Pereira. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1980.
BRASIL. Lei 13.146 de 6 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: jun. 2020.

BRASIL. Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: Acesso em: jun. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: Acesso em: jun. 2020.

BRASIL, Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Apelação Cível nº 1.0245.13.011494-6/001. Relatora: Desa. Alice Birchal. Disponível em: http://www4.tjmg.jus.br/juridico/sf/proc_pecas_movimentacao2.jsp?numeroVerificador=102451301149460012017146156. Acesso em 22/11/2020.

BRASIL, Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Apelação Cível nº 1.0701.16.004698-6/001. Relatora: Des. Alberto Vilas Boas. Disponível em: <https://pcd.mppr.mp.br/arquivos/File/Curatela12.pdf>. Acesso em 22/11/2020.

BRASIL. Lei 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: Acesso em: jun. 2020.

BRASIL. *Vade Mecum*. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

COELHO, F. U. *A Pessoa Física. Curso de Direito Civil: Parte Geral*. São Paulo: Saraiva, 2012. p.170-244.
Decreto nº 6.949/2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 12/07/2020.

DINIZ, Maria Helena. Influência da Lei nº 13.146/2015 na teoria das incapacidades do direito civil brasileiro. *Revista Jurídica Luso Brasileira*, Lisboa, ano 2, n. 5, p. 981-1014, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2CwIEH5>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

FARIAS, Cristiano; ROSENVALD, Nelson. *Curso de Direito Civil: Parte Geral e LINDB*. 15 ed. rev. e atual. e ampl., Salvador: Ed. JusPodivm, 2017, p. 313383.

FARIAS, Cristiano Farias; CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. *Estatuto da Pessoa com Deficiência Comentado artigo por artigo*. Salvador: Juspodivm, 2016.

FONTANA, Andressa Tonetto. A tomada de decisão apoiada frente ao atual regime de capacidade civil das pessoas com deficiência: aspectos legais e aplicabilidade prática. Disponível em: https://www.academia.edu/38455647/A_tomada_de_decis%C3%A3o_apoiada_frente_ao_atual_regime_de_capacidade_civil_das_pessoas_com_defici%C3%Aancia_aspectos_legais_e_pr%C3%A1ticos_pdf?email_work_card=viewpaper. Acesso em: 21/11/2020.

FONTANA, Andressa Tonetto. FLEISCHMANN, Simone Tassinari Cardoso. A capacidade civil e o modelo de proteção das pessoas com deficiência mental e cognitiva: estágio atual da discussão. Disponível em: <https://civilistica.emnuvens.com.br/redc/article/view/557>. Acesso em: 17/11/2020.

FILHO, Eduardo Tomasevicius. O entendimento jurisprudencial do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-out-30/direito-civil-atual-entendimentojurisprudencial-estatutopessoadeficiencia#sdendnote14sym>. Acesso em: 22/11/2020.

GAGLIANO, Pablo Stolze e PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil - Parte Geral, Vol. I. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil: Parte Geral. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. v. 1

GABURRI, Fernando. Capacidade e tomada de decisão apoiada: implicações do estatuto da pessoa com deficiência no direito civil. Disponível em: <https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/304/286>. Acesso em: 04/09/2020.

GONÇALVES, Carlos Roberto Direito civil brasileiro, volume 1: parte geral / Carlos Roberto Gonçalves. — 10. ed. — São Paulo : Saraiva, 2012.

GONÇALVES, Carlos Roberto, Direito Civil Brasileiro – Parte Geral. 16. Ed. São Paulo: Saraiva, 2018, v.1, p. 96-97.

KÜMPEL, Vitor Frederico; BORGARELLI, Bruno de Ávila. As aberrações da lei 13.146/2015. Publicado em: 11/08/2015. Disponível em: <https://migalhas.uol.com.br/depeso/224905/as-aberracoes-da-lei-13-146-2015>. Acesso em 21/09/2020.

LÔBO. Paulo. Com Avanço Legal Pessoas com Deficiência Mental não são mais Incapazes. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2015-ago16/processo-familiar-avancos-pessoas-deficiencia-mental-nao-sao-incapazes>. Acesso em: 15/08/2020.

LÔBO. Paulo. Direito Civil - volume 5: famílias. 8ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

MARTINS, Silvia. O Estatuto da Pessoa com Deficiência e as alterações jurídicas relevantes no âmbito da capacidade civil. Revistas dos Tribunais. Publicado em dez/2016. Disponível em: https://civel.mppr.mp.br/arquivos/File/Artigo_Silvia_Portes_Rocha_Martins.pdf. Acesso em: 25/07/2020.

MENEZES, Joyceane Bezerra. O Direito protetivo no Brasil após a Convenção sobre a proteção da pessoa com deficiência: impactos no novo CPC e do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Civilistica.com. Rio de Janeiro, a. 4, n.1, jan-jul/2015, p. 4. Disponível em: <http://civilistica.com/wpcontent/uploads/2016/01/Menezes-civilistica-com-a.4.n.1.2015.pdf>. Acesso em 12/08/2020.

MIRANDA, Pontes de. Tratado de Direito Privado: Parte Geral. 4. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1983. V. 1.

OLIVEIRA, Rodrigo. O novo sistema de (in)capacidades e a atuação do MP na curatela. Publicado em: 18 de abril de 2016. Disponível em:

<https://www.conjur.com.br/2016-abr-18/mp-debate-sistema-incapacidadesatuacao-mp-curatela>. Acesso em: 12/08/2020.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 18. Ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

REQUIÃO, Maurício. Estatuto da Pessoa com Deficiência Altera Regime Civil das Incapacidades. Publicado em 20 de jul. de 2015. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-jul-20/estatuto-pessoa-deficiencia-alteraregime-incapacidades>. Acesso em 11/08/2020.

REUQUIÃO, Maurício. As mudanças na capacidade e a inclusão da tomada de decisão apoiada a partir do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Revista de Direito Civil Contemporâneo. Vol. 6/2016, p. 37-54, Jan-Mar/2016. Disponível em: <https://escolasuperior.mppr.mp.br/arquivos/File/Marina/deficiencia5.pdf>. Acesso em: 12/08/2020.

ROSENVALD, Nelson. Conheça o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Publicado em 24/08/2015. Disponível em <<http://www.nelsonrosenvald.info/#!/Conheca-o-Estatuto-da-Pessoa-comDeficiencia/c21xn/55dd00010cf2c4072861d98d>>. Acesso em 16/05/2020.

ROSENVALD, Nelson. O Fim da Interdição: A Biografia Não Autorizada de uma Vida. Publicado em 31/08/2015. Disponível em <<http://www.nelsonrosenvald.info/#!/O-Fim-da-Interdição---A-Biografia-nãoAutorizada-de-uma-Vida/c21xn/55e4ca320cf28ffc7eed5e60>>. Acesso em 21/05/2020.

ROSENVALD, Nelson. Contagem Regressiva para o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Publicado em 22/12/2015. Disponível em <<http://www.nelsonrosenvald.info/#!/Contagem-Regressiva-para-o-Estatuto-da63Pessoa-comDeficiencia/c21xn/5679a50c0cf203da56e891f2>>. Acesso em 29/05/2020.

ROSENVALD, Nelson. A Tomada de Decisão Apoiada: Primeiras linhas sobre um novo modelo jurídico promocional da pessoa com deficiência. Disponível em <http://media.wix.com/ugd/d27320_ad4936f4ed4e41088be63d7bf571_cf61.pdf>. Acesso em 30/05/2020.

SIMÃO, José Fernando. "Estatuto da Pessoa com Deficiência Causa Perplexidade - Parte 01". Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2015-ago06/jose-simao-estatuto-pessoa-deficiencia-causa-perplexidade>. Acesso 11/08/2020.

SIMÃO, José Fernando. "Estatuto da Pessoa com Deficiência Causa Perplexidade - Parte 02". Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-ago07/jose-simao-estatuto-pessoa-deficiencia-traz-mudancas>. Acesso 11/08/2020.

STOLZE, P. É o fim da interdição?. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 21, n. 4605, publicado em 09/02/2016. Disponível em <<https://jus.com.br/artigos/46409>>. Acesso em 17/07/2020.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil: Lei de Introdução e Parte Geral. 13. ed. rev. e atual. e ampl., Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 121-144.

TARTUCE, Flávio. Alterações do Código Civil pela Lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Repercussões para o Direito de Família e Confrontações com o Novo CPC. Parte II. Disponível em: [www.migalhas.com.br/FamiliaeSucessoes/104.MI225871,51045Alteraracoes+do+Codigo+Civil+pela+lei+131462015+Estatuto+da+Pessoa+com]. Acesso em: 06.08.2020.

TARTUCE, Flávio. Alterações do Código Civil pela Lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Repercussões para o Direito de Família e Confrontações com o Novo CPC. Parte I. Disponível em: <https://migalhas.uol.com.br/coluna/familia-e-sucessoes/224217/alteracoes-docodigo-civil-pela-lei-13146-2015-estatuto-da-pessoa-com->

deficienciarepercussoes-para-o-direito-de-familia-e-confrontacoes-com-o-novo-cpc-parte-i.

Acesso em: 06.08.2020.

TEPEDINO, Gustavo; BARBOSA, Heloísa Helena e de Moraes, Maria Celina Bodin. Código Civil (LGL\2002\400) Interpretado Conforme a Constituição da República, 3. ed. Rev. e atual., São Paulo: Renovar, 2014, vol. 1, p. 4.

ULHOA, Fábio. Curso de Direito Civil: Parte Geral. 8. ed. rev. e atual. e ampl., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, vol. 1, p. 171-190.

VENOSA, S. de S. Direito civil. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016, v. 1. p. 149